



Políticas Intersectoriais de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica, Rio de Janeiro-Brasil

Intersectorial Policies of Food Security the Municipality of Seropédica, Rio de Janeiro-Brazil.

MONTEIRO, Barbara Leandro ¹; DIAS, Anelise¹; TABAI, Katia Cilene¹

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, barbyleandro@gmail.com; anelise.dias@gmail.com; ktabai@gmail.com.

Resumo: O Programa de Agricultura Familiar - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, são exemplos de políticas públicas intersectoriais de Segurança Alimentar. Analisou-se os dados referentes às políticas públicas intersectoriais de Segurança alimentar e Nutricional (SAN) de fortalecimento de agricultura familiar no município de Seropédica – RJ, com enfoque nos programas PAA e PNAE. Trata-se de um recorte do projeto aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa (COMEP) da UFRRJ (protocolo nº797/2016), com financiamento do CNPq (processo 402830/2017-2). Os dados disponibilizados em relação ao PNAE referem-se aos anos de 2011 a 2016. Observou-se que no período analisado, Seropédica não atendeu de forma efetiva o estabelecido pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que determina que 30% do valor total dos repasses, devem ser destinados à compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. Não houve nenhuma compra durante os anos de 2011 a 2013, nos anos de 2014 e 2015 o percentual de compras de gêneros alimentícios aumentou para 15,05% e 16,79%. No entanto, em 2016 houve redução para 1,58%, sendo bem abaixo dos anos anteriores, isso representa uma queda de 15,21% no valor destes repasses. Convém ressaltar a atuação da UFRRJ em relação à compra de Alimentos pelo PAA. Programas como esses tem papel indispensável na discussão e no desenvolvimento de políticas, na aproximação da produção da agricultura familiar no que tange o diálogo político entre as entidades competentes e a sociedade civil, a fim de minimizar ou mitigar os danos causados pela insegurança alimentar.

Palavras-chave: Intersectorialidade, Agricultura Familiar, Alimentação escolar.

Abstract: The Family Agriculture Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) are examples of public intersectoral policies on food security. Data on the intersectoral public policies of Food and Nutrition Security (SAN) for strengthening family agriculture in the municipality of Seropédica - RJ, with focus on the PAA and PNAE programs, were analyzed. This is a cut-off of the project approved by the Ethics and Research Commission (COMEP) of UFRRJ (protocol no. 797/2016), with funding from CNPq (process 402830 / 2017-2). The data available in relation to the PNAE refer to the years 2011 to 2016. It was observed that in the analyzed period, Seropédica did not effectively comply with the provisions of Law 11,947 of June 16, 2009, which determines that 30% of the total amount of onlendings, should be earmarked for the purchase of foodstuffs from family agriculture. There was no purchase during the years 2011 to 2013, in the years 2014 and 2015 the percentage of purchases of foodstuff increased to 15.05% and 16.79%. However, in 2016 there was a reduction to 1.58%, well below the previous years, this represents a decrease of 15.21% in the value of these transfers. It is worth noting the performance of UFRRJ in relation to the purchase of Food by



PAA. Programs such as these have an indispensable role in discussing and developing policies, bringing family agriculture production closer to the political dialogue between competent authorities and civil society, in order to minimize or mitigate the damage caused by food insecurity.

Keywords: Intersectoriality, Family farming, School feeding.

Introdução

A soberania alimentar e nutricional são temas importantes no Brasil. Embora havendo um grande avanço no decorrer das últimas décadas, ainda é de grande preocupação a questão da qualidade do alimento, a sua procedência e a sustentabilidade (TABAI, 2018).

Nesse sentido, ainda há uma necessidade no aumento do incentivo por parte das políticas públicas em relação ao nível de envolvimento dos agricultores familiares aos meios de produções mais sustentáveis em prol da busca pela segurança e soberania alimentar sendo fundamental assegurar uma produção sustentável e de qualidade (TABAI, 2017).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no decorrer da última década, as políticas voltadas para Segurança Alimentar e Nutricional, se impulsionou no Brasil através de reforços vindos de marcos legais; da institucionalização que possibilitou a cooperação e a coordenação entre os ministérios e as mais variadas esferas de governo, com responsabilidades estabelecidas; de maiores investimentos em áreas como agricultura familiar; e do envolvimento massivo da sociedade civil no processo político (FAO, 2014).

No entanto houve um retrocesso nestes esforços, pois de acordo com o último parecer sobre a fome no mundo elaborado pela FAO et al. (2017), após um período de quase quinze anos observou-se um aumento no contingente de pessoas com algum tipo de insegurança alimentar.

Para isso, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) surge no intuito de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Definindo que o estado tem o principal dever de respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (BRASIL, 2006). E estabelecendo diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Contudo, muitos são os fatores que afetam a condição de segurança alimentar e nutricional, dentre eles estão, a produção agrícola, o comércio, a qualidade dos



alimentos, a qualidade da água, os serviços de saneamento, a cultura alimentar local, a governabilidade, a estabilidade política, etc.

Segundo o Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014), uma alimentação é considerada saudável e adequada, quando advém de um sistema alimentar socialmente justo e ambientalmente sustentável, onde leva-se em consideração o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente protegendo-o e aos recursos naturais e à biodiversidade.

Sabe-se que a governança alimentar e nutricional engloba o fortalecimento de canais de negociação intergovernamentais e a adoção de novos mecanismos de articulação entre instituições, mercados e múltiplos grupos de interesse locais e globais (MAGALHÃES, 2014).

No entanto, para esboçar políticas favoráveis à Agricultura Familiar, é necessário levar em consideração o grau de heterogeneidade que ela apresenta, na implementação de políticas intersetoriais, o governo tem papel fundamental, pois é atribuído a ele adequar estas políticas à realidade social local. As políticas públicas intersetoriais, como o Programa de Agricultura Familiar - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, devem incentivar os agricultores familiares a usar meios de produções mais sustentáveis, em prol da segurança e soberania alimentar (TABAI, 2017).

Tendo em vista a importância do tema, objetivou-se comparar dados referentes às políticas públicas intersetoriais de Segurança alimentar e Nutricional (SAN) de fortalecimento de agricultura familiar no município de Seropédica – RJ.

Metodologia

O estudo foi conduzido através de investigações de pesquisas de natureza quali-quantitativa descritiva, sendo empregada à avaliação de programas governamentais, em especial no que tange a questão da agricultura familiar, com enfoque nos programas PAA e PNAE. Fez-se uso também, de dados disponíveis pelo IBGE, FNDE, SAGI (plataforma do PAA data), Dados da SEAD e EMATER-RIO (planilha ASPA, 2017). Serviu como referencial metodológico principalmente os trabalhos de Neves (2018), Santos (2018), Neves e Tabai (2017), Bezerra e Tabai (2018) FNDE, (2009), PAA, (2017).

Essa pesquisa é um recorte do projeto aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa (COMEP) da UFRRJ, sob protocolo nº797/2016, com financiamento do CNPq (processo 402830/2017-2). Os dados são do município de Seropédica - RJ.



Resultados e discussões

O município de Seropédica está inserido na região denominada como Baixada Fluminense, estabelecendo limites com os municípios de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro.

O município possui o IDH de 0,713, 6.022 hectares são atribuídos às atividades agropecuárias com características na agricultura familiar e a produção agrícola correspondendo a apenas 0,85% do PIB do município, tendo sua economia fundamentada na produção agrícola. Possui uma população estimada em 84.416 pessoas, representando uma densidade demográfica de 275,53 habitantes por km² (IBGE, 2018). Da porcentagem relacionada a esgotamento sanitário adequado o município dispõe de 64% de todo seu contingente. O município conta com 45 escolas, e de acordo com o IDEB o município se encontra no *ranking* estadual em 83º posição em relação aos 92 municípios analisados (IBGE, 2018).

Com base nos dados disponibilizados pela EMATER-RJ o quantitativo de alimentos produzidos pelo município pela agricultura familiar são bastante expressivos no que diz respeito ao faturamento anual deste grupo, constatando também uma grande diversidade de alimentos, como também um faturamento anual bastante satisfatório quando comparado ao PIB de 0,85% destacado em pesquisas anteriores, estes dados podem ser evidenciados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Dados referentes à produção agrícola equivalente ao ano de 2017, Seropédica-RJ.

Município/cultura	Nº Produtores	Produção (t)	Área (ha)	Produtividade (t/ha)
MUNICÍPIO: SEROPÉDICA				
Abobrinha	11	63,2	6,1	10,36
Aipim	102	1.525	107,8	14,15
Alface	33	520	17,8	29,21
Banana	131	3.354	722	4,65
Berinjela	11	154	8,5	18,12
Bertalha	37	734	25,3	29,01
Cana caldo	37	2.411	106,7	22,6
Cebolinha	26	371	13,3	27,89
Coco verde	36	1.758	122,5	14,35
Couve	40	559	19,7	28,38
Goiaba	10	96,1	6	16,02
Manga	11	231	11	21
Maracujá	6	48	3,5	13,71
Maxixe	7	22	4,5	4,89
Milho verde	6	14,4	2,6	5,54



Pimentão	8	86	3,7	23,24
Quiabo	90	1.703	118	14,43
Repolho	12	403	8,1	49,75
Salsa	27	524	19,7	26,6
TOTAL	641	14.576,70	1.326,80	10,99

FONTE: SISTEMA AGROGEO. EMATER-RJ/CPLAN/NIDOC, 2018.

Os dados disponibilizados pelo FNDE em relação ao PNAE são referentes aos anos de 2011 a 2016. Observou-se que no período analisado, Seropédica não atendeu de forma efetiva o estabelecido pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que determina que 30% do valor total dos repasses, devem ser destinados a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, onde não se observou nenhuma compra durante os anos de 2011, 2012 e 2013, já nos anos de 2014 e 2015 o percentual de compras de gêneros alimentícios aumentou para 15,05% e 16,79%. No entanto, no ano de 2016 houve uma expressiva redução para 1,58%, sendo bem abaixo dos anos anteriores, isso representa uma queda de 15,21% no valor destes repasses respectivamente (Tabela 2). Estes dados corroboram, com dados analisados por Bezerra & Tabai (2017), que ao realizar análise referente aos anos de 2011 a 2015, também constataram o não cumprimento das especificações da legislação vigente.

Tabela 2 - Repasse e compra da agricultura familiar equivalente aos anos de 2011 a 2016, Seropédica-RJ.

SEROPÉDICA						
ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Total das Compras (R\$)	1.260.960,00	1.890.948,00	1.764.270,00	1.891.824,00	2.166.912,00	1.550.064,27
Valor Comprado da AF (R\$)	0	0	0	284.667,26	363.854,73	24.431,60
Percentual de Compras da AF (%)	0,00	0,00	0,00	15,05	16,79	1,58

FONTE: FNDE, 2018.

Segundo estudos realizados por Bezerra & Tabai (2017), evidenciou também que o município em questão estava sem receber verbas do FNDE, adquirindo através de recursos próprios os gêneros alimentícios para educação escolar. Cabe saber, que o PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

O valor repassado pelo FNDE, para os estados e municípios é destinado a suprir parte das necessidades nutricionais dos estudantes e é contabilizado de acordo com o número de dias letivos. No entanto ele é subdividido de acordo com a etapa ou modalidade de ensino, tendo por base o Censo Escolar que geralmente é realizado no ano anterior. Dos meios de fiscalização para o desenvolvimento pode-se destacar a atuação do Conselho de Alimentação escolar (CAE), sendo de grande importância



para o acompanhamento e fiscalização e que estas distribuições sejam eficientes (FNDE, 2015).

É importante destacar a fundamentalidade da atuação dos agentes para formação e desenvolvimento das políticas voltadas para a SAN e o papel importante que os mesmos representam.

Outro aspecto importante que pode se fazer inferência, está na relação que a nutrição e alimentação inadequada tem com mau desempenho escolar. A criança sob situação de vulnerabilidade manifesta em seu rendimento um mau desempenho escolar (NEVES, 2018). Sendo conseqüentemente prejudicado seu desenvolvimento e a sua capacidade cognitiva sendo esta última, a capacidade cognitiva, afetada de forma irreversível. Ademais, o ambiente escolar provê além das práticas educativas, ele propicia o estímulo a alimentação adequada e de forma saudável, propiciando neste sentido a garantia de acesso a uma alimentação de boa qualidade, que contemplem características da promoção da autonomia alimentar valorizando além da necessidade biológica, pois ela se vincula também com a cultura, a economia, a política, as condições sociais o meio social e o ambiente em que o indivíduo está inserido (BRASIL, 2018).

Neves (2018) faz menção às políticas intersetoriais como o PNAE e a agricultura Familiar para Consolidação da SAN.

Ferigollo et al. (2017), avaliando o perfil de adequação dos municípios do Rio Grande do Sul em relação à aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE. Verificou em seu estudo, que o percentual designado às compras de alimentos provenientes da agricultura familiar e constatou que a maioria dos municípios analisados cumpriu o determinado pela legislação do PNAE, sendo que 71,2% atingiram 30% de gêneros alimentícios oriundos de agricultura familiar. Observou-se também que estavam presentes nas chamadas públicas uma grande diversidade de alimentos, tanto de origem vegetal (90,4%) quanto de origem animal (79,8%), sendo a maior parte deles in natura. Das chamadas públicas, 60% continham preço dos produtos.

Em relação ao PAA no município de Seropédica, após a realização de análises realizadas nas informações constantes no sistema PAA data/ SAGI, observou-se que o município não apresenta dados referentes ao PAA. O PAA tem por base duas finalidades, a primeira é a promoção do acesso à alimentação e a segunda incentivar a agricultura familiar, através da compra produtos alimentícios produzidos pela agricultura familiar, destinando a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Como também atua na formação e constituição de Bancos públicos de alimentos. Este programa se constitui como sendo de grande importância, pois propicia compras governamentais de alimentos, contribuindo para o



abastecimento alimentar, fortalecendo os circuitos locais e as compras diretas (BRASIL, 2015).

Porém, no que concerne à promoção de uma alimentação saudável, convém salientar a atuação da UFRRJ, através da chamada pública nº 01/2016 GProR/PROAF conseguiu instituir através da compra a aquisição de produtos da agricultura familiar, beneficiando diretamente a agricultura familiar promovendo inclusão e o desenvolvimento dos agricultores familiares e orgânicos a aquisição de produtos para o Restaurante Universitário. Atualmente, encontra-se em andamento a segunda chamada pública nº 01/2017 GProR/PROAF. Tal iniciativa impulsiona o consumo de alimentos de origem vegetal pelos alunos, por meio inclusive da alimentação servida pelo Restaurante Universitário da UFRRJ, como banana, mandioca e abóbora, estimulando de forma substancial a produção e comercialização dos próprios agricultores dispendo de fomentos para impulsionar os circuitos diretos de comercialização (tabela 3). Além disso, cabe ressaltar que a feira de agricultura familiar, completou dois anos de existência no campus da UFRRJ, em Seropédica – RJ.

Tabela 3 - Compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelo PAA/UFRRJ, edital 01/2016, Seropédica-RJ.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNT. (SIMA)(R\$)	PREÇO TOTAL(R\$)
MANDIOCA	cx. 20Kg	250	30,00	7.500,00
BANANA	cx. 20Kg	700	58,00	40.600,00
ABÓBORA	Kg	9.000	3,00	27.000,00
TOTAL				75.100,00

FONTE: DIAS, 2018.

A importância da intersetorialidade e da análise de políticas públicas voltadas para o incentivo da agricultura familiar e o desenvolvimento de políticas intersetoriais voltadas para SAN, envolvem prerrogativas que tem relação com a continuidade de esforços referentes à mudança na configuração atual. A manutenção de programas que contemplem estes aspectos tem um papel indispensável na discussão e no desenvolvimento de políticas, na aproximação da produção da agricultura familiar com a SAN e que supere o desequilíbrio no que tange o diálogo político entre as entidades competentes e a sociedade civil, a fim de minimizar ou mitigar os danos causados pela insegurança alimentar.

Conclusões

Na implementação de políticas intersetoriais, o governo tem papel fundamental, pois é atribuído a ele adequar estas políticas à realidade local. No entanto para que as



políticas voltadas para Agricultura Familiar sejam eficazes, é importante que elas não se concentrem apenas em prover melhorias para os sistemas produtivos, mas fornecer condições que garantam aos agricultores condições de acessar mercados em diversas formas, como também subsidiar a manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional.

A transparência e facilidade de acesso a destes dados são de suma importância para o desenvolvimento de políticas intersetoriais que atendam as necessidades de melhorias voltadas para atuação na promoção da segurança alimentar e nutricional. Espera-se que este estudo venha a contribuir para reformulação e reestruturação de ações governamentais e políticas públicas voltadas para SAN, suprimindo as deficiências ainda existentes como também preenchendo as lacunas ainda constates neste sistema.

Faz-se necessários novos estudos, como também discussões para esclarecer possíveis soluções no que se diz respeito à efetivação e legitimação das políticas públicas no município estudado, como também em todo território.

Agradecimentos

Ao CNPq (processo 402830/2017-2).

Referências bibliográficas

BEZERRA, I. G. C; TABAI, K.C. Segurança Alimentar: A Intersetorialidade em municípios do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. SODEBRAS** v.12, edição 145, p.60-66, 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Lei n. 7272, de 25 de agosto de 2010**. Brasília: Casa Civil, 2010.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Brasília: Casa Civil, 2006.

BRASIL. IBGE. **Panorama das cidades. Seropédica**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama>> Acesso em: 25 de Abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE **Programa Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Acesso em: 29 de maio de 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. **Programa Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Acesso em: 29 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. **Manual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para o PNAE**. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Acesso em: 29 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável: livreto para os gestores**. Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plataforma PAA data/sagi**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso em: 24 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar- PAA: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Acesso em: 12 jun. 2017.

EMATER-RIO. **Sistema Agrogeo**. EMATER-RJ/CPLAN/NIDOC Disponível em:<www.emater.rj.gov.br/tecnica.asp> Acesso em: 24 de abril de 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The state of Food Security and Nutrition in the World. Building resilience for peace and food security**. Rome, FAO. 2017. 132p.

FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V. R.; HECKLER, D.; FIGUEREDO, O. A. T.; PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M. Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. **Rev. Saúde Pública**, v.51. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Handbook for Defining and Setting up a Food Security Information and Early Warning System (FSIEWS)**. FAO, Roma. 2014 (online document). Disponível em <[ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8622e/X8622e00.pdf](http://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8622e/X8622e00.pdf)> Acesso em: 29 de maio 2017.



MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346. 2014.

NEVES, D. C. G.; TABAI, K.C. Analysis of the National School Food Program (NSFP) like Public Policy on Food and Nutrition Security in Brazil. In: **International Conference on Childhood Obesity** - Conference Book. Lisboa, Portugal, p. 84-85, 2017.

NEVES, D.C.G. **Análise de políticas públicas intersetoriais de fortalecimento da agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional no Brasil e o caso de um município do Espírito Santo**. 2018. Dissertação (Mestrado profissional em Práticas de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica-RJ.

TABAI, K.C. Políticas de segurança alimentar e saúde pública. In SARTÓRIO, L. A. V. **Sustentabilidade: Qualidade de vida economia alternativa e educação**. Vol. 1, 1 Ed. – Rio de Janeiro; Entorno, 2018. p. 137 – 156.

TABAI, K.C. Segurança alimentar e Nutricional no contexto da intersectorialidade. In: AZEREDO, D. R. P. **Inocuidade dos alimentos**. Vol. 1, 1 Ed. – Rio de Janeiro; Atheneu, 2017. p. 19 – 30.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro**. UFRRJ. Seropédica, RJ. Acesso em: 01 de julho de 2018.